

5.5

ANEXO

ANEXO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1 Nota introdutória

A Empresa foi constituída em 26 de Junho de 1997, tem a sua sede na Av. Tenente Coronel João Luís de Moura, Loja A cave em Torres Vedras e tem como atividade principal a Organização de Eventos e Gestão de Equipamentos.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) *Referencial contabilístico*

No exercício de 2015 as demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS, anteriormente designadas por Normas Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

b) *Pressuposto da continuidade*

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Empresa continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

c) *Regime do acréscimo*

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” e “Diferimentos”.

d) *Classificação dos ativos e passivos não correntes*

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Não existem ativos realizáveis ou passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira, pelo que não existem ativos ou passivos considerados como não correntes.

e) *Passivos contingentes*

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

f) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) *Eventos subsequentes*

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) *Derrogação das disposições do SNC*

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

a) *Moeda funcional e de apresentação*

As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados nas rubricas “Juros e rendimentos similares obtidos” e “Juros e gastos similares suportados”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, para todos os outros saldos e transações.

b) *Ativos fixos tangíveis*

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções	- 5 a 20 anos
- Equipamento básico	- 4 a 10 anos
- Equipamento de transporte	- 4 anos
- Equipamento administrativo	- 3 a 10 anos
- Outros ativos fixos tangíveis	- 4 a 10 anos

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias.

c) *Ativos Intangíveis*

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido, quando aplicável, das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Nos casos de bens, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

d) *Imposto sobre o rendimento*

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 15.000 euros, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis e suscetíveis de dedução aos lucros fiscais gerados durante um período de seis anos, até 2009 inclusive, quatro anos para os exercícios de 2010 e 2011, cinco anos para os exercícios de 2012 e 2013 e doze anos a partir de 2014, sendo que, neste último caso, apenas é possível a dedução dos prejuízos fiscais até 75% e 70% do montante do correspondente lucro tributável.

Em exercícios futuros, o total das deduções à matéria coletável é de 128003.64 euros, resultado do reporte dos prejuízos fiscais ocorridos.

A Empresa optou por não registar nas suas demonstrações financeiras os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporais entre o reconhecimento de rendimentos e gastos para

fins contabilísticos e para fins de tributação, conforme definido na NCRF 25 – Impostos diferidos, uma vez que não está definitivamente assegurada a sua reversibilidade, nos termos definidos na referida norma.

e) *Clientes e outros valores a receber*

As contas de “Clientes” e “Outras contas a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na demonstração de resultados na rubricas “Imparidades de dívidas a receber”, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

f) *Caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa*

Esta rubrica inclui Caixa, Depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “Passivo corrente”.

g) *Provisões*

À data a que se reportam as demonstrações financeiras, a Empresa não reconheceu a existência de quaisquer obrigações que pudessem conduzir à criação de Provisões.

h) *Fornecedores e outras contas a pagar*

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

i) *Rédito e regime do acréscimo*

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A

Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das vendas ou das prestações dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

j) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 3.b) e 3.c) acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

k) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados com o desenvolvimento de eventos e gestão de equipamentos, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incursos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 Alterações de políticas e de estimativas contabilísticas e erros

Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não ocorreram quaisquer alterações voluntárias de outras políticas contabilísticas, nem se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Empresa não ajustou as suas demonstrações financeiras por quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.

5 Fluxos de caixa

Os componentes de caixa e seus equivalentes, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e no final do exercício transato, eram, conforme relevado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os seguintes:

	31 dez 2015	31 dez 2014
Numerário	1.300,00	1.354,72
Depósitos bancários	<u>119.207,29</u>	<u>43.896,33</u>
Caixa e seus equivalentes	120.507,29	45.251,05

Neste momento estamos já a praticar um fundo fixo de caixa no valor de 1000 euros, guardado nos escritório da empresa e para fazer face as despesas diária. Para além deste fundo, os operadores dos parques de estacionamento têm um fundo de 25 euros cada um, totalizando 300 euros.

6 Partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela empresa-mãe Câmara Municipal de Torres Vedras.

As informações relativas a saldos e transações com as partes relacionadas estão inseridas nas notas que se seguem, quando existam, bem como na nota 29.

7 Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos Ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, no exercício findo a 31 de dezembro de 2015 e no exercício de 2014 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2014

Rubricas	Saldo Inicial a 1 janeiro 2013	Reavaliação ajustada	Aquisições/Dotações	Abates	Transferências	Saldo Final
Custo						
Edifícios e outras construções	155.492,11		23.677,84			179.169,95
Equipamento básico	170.134,18		11.842,00			181.976,18
Equipamento de transporte	75.800,00					75.800,00
Equipamento administrativo	68.716,83		6.629,53			75.346,36
Outros ativos Fixos Tangíveis	154.480,58		2.380,00			156.860,58
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	624.623,70	0,00	44.529,37	0,00	0,00	669.153,07
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e outras construções	79.669,55		5.602,18			85.271,73
Equipamento básico	60.985,52		8.273,24			69.258,76
Equipamento de transporte	62.163,76		1.663,58			63.827,34
Equipamento administrativo	61.819,54		1.749,80			63.569,34
Outros ativos Fixos Tangíveis	100.359,79		4.122,54			104.482,33
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	364.998,16	0,00	21.411,34	0,00	0,00	386.409,50
	259.625,54					282.743,57

31 de dezembro 2015

Rubricas	Saldo Inicial a 1 janeiro 2015	Reavaliação ajustada	Aquisições/Dotações	Abates	Transferências	Saldo Final
Custo						
Edifícios e outras construções	179.169,95		68.141,44			247.311,39
Equipamento básico	181.976,18		70.086,73			252.062,91
Equipamento de transporte	75.800,00					75.800,00
Equipamento administrativo	75.346,36		3.939,61			79.285,97
Outros ativos Fixos Tangíveis	156.860,58		3.037,52			159.898,10
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	669.153,07	0,00	145.205,30	0,00	0,00	814.358,37
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e outras construções	85.271,73		7.341,46			92.613,19
Equipamento básico	69.258,76		15.112,31			84.371,07
Equipamento de transporte	63.827,34		1.663,58			65.490,92
Equipamento administrativo	63.569,34		2.455,76			66.025,10
Outros ativos Fixos Tangíveis	104.482,33		4.312,38			108.794,71
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	386.409,50	0,00	30.885,49	0,00	0,00	417.294,99
	282.743,57					397.063,38

8 Ativos Intangíveis

Esta rubrica tem registado o valor de 37 500€ de respeitantes a 75% do valor total de um filme em 3D realizado por Edgar Pera durante a edição do Carnaval de Torres 2015.

9 Clientes

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	31 dez 2015		31 dez 2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Cientes conta corrente	0,00	123.619,04	0,00	199.817,96
Cientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes de cobrança duvidosa	0,00	126.829,51	0,00	112.770,09
	0,00	250.448,55	0,00	312.588,05
Perdas por imparidade acumulada	0,00	-126.829,51	0,00	-112.770,09
	0,00	123.619,04	0,00	199.817,96

	31 dez 2015		31-Dez-14	
	Cientes Gerais	Grupo e Relacionadas	Cientes Gerais	Grupo e Relacionadas
Cientes conta corrente	121.713,78	1.905,26	126.619,07	73.198,89
Cientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes de cobrança duvidosa	126.829,51	0,00	112.770,09	0,00
	248.543,29	1.905,26	239.389,16	73.198,89

A empresa tem feito um esforço na cobrança das dívidas, agora com o apoio de um advogado, temos enviado ofícios e injunções para saldos mais antigos. O problema maior são a quantidade de empresas, que infelizmente, declaram insolvência.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a empresa registou perdas de imparidade.

Perdas de Imparidade	2015	2014
Saldo a 1 janeiro	112.770,09	96.980,25
Aumentos	14.059,42	22.486,29
Reversão	-	-6.696,45
Regularizações	-	-
Saldo final	126.829,51	112.770,09

10 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31 dez 2015	31 dez 2014
Activo		
Imposto sobre o rendimento	374,49	12.336,33
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	0,00
Outros impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	0,00
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00
Outras tributações	0,00	0,00
	374,49	12.336,33
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	1.628,73	307,17
Retenção de impostos sobre rendimentos	6.855,38	5.562,80
Imposto sobre o valor acrescentado	27.565,78	16.846,73
Outros impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	14.826,16	13.732,44
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00
Outras tributações	0,00	0,00
	50.876,05	36.449,14

11 Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	31 dez 15	31 dez 14
	Corrente	Corrente
Fornecedores CC	5.672,75	1.695,78
Dev. e Credores por Acréscimos Rend.	247.560,56	45.573,74
Outros	47.770,86	5.404,51
	301.004,17	52.674,03
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
	301.004,17	52.674,03

O acréscimo de rendimentos efetuado, são os Autos de Contraordenação, emitidos e não pagos, no período de outubro de 2014 a dezembro de 2015. Esta situação resulta das dificuldades de

estabelecer a ligação informática à base de dados do IRN. A Promotorres tem o protocolo assinado desde setembro de 2014, tem as ligações físicas instaladas desde dezembro 2014, só em março de 2016 estas comunicações se iniciaram.

12 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

	31 dez 2015	31 dez 2014
Activo		
Seguros pagos antecipadamente	0,00	0,00
Rendas e alugueres pagas antecipadame	0,00	0,00
Outros gastos a reconhecer	18.773,09	14.281,86
Gastos diversos a reconhecer	0,00	0,00
	18.773,09	14.281,86
Passivo		
Outros rendimentos a reconhecer	8.565,15	0,00
	8.565,15	0,00

A nível de ativo 60% do valor registado são os custos com o KIT de CARNAVAL que só deverá ser registado em custos em 2016. Os restantes valores são basicamente seguros.

Ao nível de passivo o valor, é na sua totalidade, referente a material de merchandising a reconhecer em proveito no ano 2016.

13 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31 dez 2015	31 dez 2014
Caixa	1.300,00	1.354,72
Depósitos à Ordem	119.207,29	43.896,33
depósitos a Prazo	0,00	0,00
	120.507,29	45.251,05

14 Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2015 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, no valor de 250.000,00 euros.

Participação no capital subscrito e realizado das pessoas coletivas que, em 31 de dezembro de 2015, nele detêm pelo menos 20%:

– CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS 100,00%

15 Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Não houve, em 2015, qualquer movimento nesta rubrica.

16 Resultados transitados

Por deliberação da Assembleia Geral que aprovou as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício, no montante de 2 478,32 euros, fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.

A rubrica de Resultados transitados inclui igualmente resultados de outros exercícios anteriores que lhe foram destinados, de acordo com as decisões da Assembleia Geral.

17 Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa utilizava os seguintes tipos de bens adquiridos com recurso a contratos de locação financeira:

	31 dez 2015	31 dez 2014
Medio e Longo Prazo		
Locações financeiras	0,00	7.986,42
Empréstimos Bancários	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
	0,00	7.986,42
Curto Prazo		
Locações financeiras	7.980,99	13.773,95
Descobertos Bancários	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
	7.980,99	13.773,95

	Costo Aquis.	Depreciação	Valor Líquido
Bens adquiridos c/ recurso a I			
Edifícios e outras construções			
Equipamento Básico	41272,63	7738,62	33534,01
Equipamento transporte			
Equipamento Administrativo			
Outros ativos fixos tangíveis			
Propriedades de Investimento			
	41272,63	7738,62	33534,01

Em 31 de dezembro de 2015, os planos de reembolso da dívida da Empresa, referentes a locações financeiras, detalham-se como segue:

Plano de Reembolso	Capital	Juros	Total
Menos de 1 ano	7980,99	137,08	8118,07
Mais de 1 ano	0	0	0
Mais de 2 anos	0	0	0
	7980,99	137,08	8118,07

18 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição

:

	31 dez 2015		31 dez 2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores conta corrente	0,00	372.856,04	0,00	291.223,69
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores em factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	372.856,04	0,00	291.223,69

	31 dez 2015		31 dez 2014	
	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas
Fornecedores conta corrente	362.052,79	10.803,25	230.828,64	60.395,05
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores em factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
	362.052,79	10.803,25	230.828,64	60.395,05

19 Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a rubrica “Outras contas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31 dez 2015		31 dez 14	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	0,00	305.069,24	0,00	112.517,45
Outros Devedores e Credores	0,00	2.032,00	0,00	8.162,08
Outras contas a pagar	0,00	1.781,53	0,00	104,00
	0,00	308.882,77	0,00	120.783,53

O montante relevante nesta rubrica refere-se aos 45% de partições para a ANSR e IGCP referente ao acréscimo de rendimentos efetuado com base nos Autos de Contra ordenação emitidos e não pagos. Para além deste valor temos 94000€ de estimativas de férias e subsídio de férias.

20 Vendas e serviços prestados

A rubrica Vendas e prestações de serviços, no exercício de 2015 e no exercício de 2014, foram como segue:

	31 dez 2015			31 dez 2014		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas de produtos acabados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas de desperdícios e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas de ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestações de serviços	1.766.891,01	0,00	1.766.891,01	1.418.472,12	0,00	1.418.472,12
	1.766.891,01	0,00	1.766.891,01	1.418.472,12	0,00	1.418.472,12

21 Subsídios à exploração

No exercício de 2015 e no exercício de 2014 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31 dez 2015	31 dez 2014
CP Mercado Municipal	170.000,00	170.000,00
CP carnaval	0,00	0,00
CP Corso escolar	0,00	0,00
CP Novos Talentos	0,00	0,00
Estágios IEFP	13.523,52	18.228,34
	183.523,52	188.228,34

A Empresa apenas recebe um contrato programa no valor anual de 170 000€ para exploração do Mercado Municipal.

22 Fornecimento e Serviços Externos

A decomposição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, foi a seguinte:

	31 dez 2015	31 dez 2014
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	626.378,39	529.532,83
Materiais	208.219,63	197.226,09
Energia e fluídos	124.703,90	66.101,59
Deslocações, estadas e transportes	18.950,23	23.767,79
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	86.985,10	67.774,75
Comunicação	36.832,84	21.002,09
Seguros	10.122,66	10.951,06
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	1.431,06	45,00
Despesas de Representação	108,75	386,55
Limpeza	72.473,70	59.015,34
Descontos e abatimentos	0,00	-1.828,60
Outros serviços	0,00	478,60
	1.186.206,26	974.453,09

O aumento desta rubrica, reflete os custos associados ao pleno funcionamento da área da Mobilidade. Custos de comunicações são afetos à utilização do programa STICO, o custo é apurado à unidade de produção de denúncias. Na rubrica de energia e fluídos este ano para além da água do parque regional de exposições a Promotorres assumiu toda a energia daquele espaço e pavilhões. Na rubrica limpeza temos o aumento totalmente devido à limpeza urbana no Carnaval.

23 Gastos Com Pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal no exercício de 2015 e no exercício de 2014 de foi a seguinte:

	31 dez 2015	31 dez 2014
Remunerações dos órgãos sociais	3.450,00	3.525,00
Remunerações do pessoal	587.986,16	488.766,43
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	128.926,22	107.989,53
Seguros	8.297,83	4.983,10
Gastos de acção social		
Outros gastos com o pessoal	25.045,18	34.579,31
	753.705,39	639.843,37

O número médio de empregados da Empresa no exercício de 2015 foi de 40 e exercício de 2014 foi de 34.

O aumento dos custos com pessoal deve-se ao fato de a empresa ter contratado mais funcionários para fazer face aos novos projetos iniciados.

24 Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, no exercício de 2015 e no exercício de 2014, foram como segue:

	31 dez 2015	31 dez 2014
Rendimentos suplementares	25.744,12	23.696,87
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Autos de Contra Ordenação	332.445,19	63.902,05
Outros rendimentos e ganhos	736,61	706,62
	358.925,92	88.305,54

Existe na rubrica de Autos de Contra Ordenações uma estimativa de Autos ainda não notificados, conforme mencionado na nota 11 deste anexo.

25 Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, no exercício de 2015 e no exercício de 2014, foram como segue:

	31 dez 2015	31 dez 2014
Impostos	2.180,08	3.416,99
Comparticipações ANSR	149.611,12	28.755,48
Dívidas incobráveis	12.168,48	0,00
Regularizações	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias e associadas	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ac financeiros	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	32.086,41	3.834,26
	<u>196.046,09</u>	<u>36.006,73</u>

26 Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios de 2015 e de 2014, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31 dez 2015			31 dez 2014		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ativos fixos tangíveis	30.885,49	0,00	30.885,49	21.411,34	0,00	21.411,34
ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>30.885,49</u>	<u>0,00</u>	<u>30.885,49</u>	<u>21.411,34</u>	<u>0,00</u>	<u>21.411,34</u>

27 Resultados de operações de financiamento

Os Juros e rendimentos similares obtidos e os Juros e gastos similares suportados, decorrentes de operações de financiamento, decompunham-se do seguinte modo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	31 dez 2015	31 dez 2014
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de financiamentos concedidos	0,00	0,00
Diferenças de câmbio	0,00	0,00
Juros de outros financiamentos concedidos	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros de financiamentos obtidos	1.093,43	2.635,93
Diferenças de câmbio	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
	<u>1.093,43</u>	<u>2.635,93</u>
Resultados das operações de financiamento	<u>-1.093,43</u>	<u>-2.635,93</u>

28 Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, decompõe-se do seguinte modo:

	2015	2014
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente	14.561,27	2.387,38
Imposto diferido	-	-
	<u>14.561,27</u>	<u>2.387,38</u>

	2015		2014	
	Imp. Corrente	Imp. Diferido	Imp. Corrente	Imp. Diferido
Demonstração da taxa efectiva de imposto				
Resultados antes de impostos	127.344,37	-	4.865,70	-
Variações nos capitais próprios	-	-	-	-
Diferenças fiscais definitivas	43.107,29	-	6.083,55	-
Diferenças fiscais temporárias	-	-	-	-
Reporte de prejuízos	-	-	-	-
Lucro tributável / Prejuízo Fiscal	<u>170.451,66</u>	-	<u>10.949,25</u>	-
Colecta	10.138,45	-	436,66	-
Benefícios fiscais	-	-	-	-
Resultado da liquidação	-	-	-	-
Derrama	2.556,77	-	128,43	-
Derrama estadual	-	-	-	-
Tributações autónomas	1.866,05	-	1.822,29	-
Imposto sobre o rendimento do período	<u>14.561,27</u>	-	<u>2.387,38</u>	-
Taxa média efectiva de imposto	<u>8,54%</u>		<u>21,80%</u>	

29 Partes Relacionadas

As transações e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, são apresentados no quadro que segue:

Transacções	31 dez 2015	31 dez 2014
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	185.449,20	210.071,56
Compras de mercadorias	0,00	0,00
Compras de matérias prim	0,00	0,00
Serviços adquiridos	56.900,03	59.931,67

Saldos	31 dez 2015	31 dez 2014
Contas a receber	1.905,26	73.198,89
Contas a pagar	10.803,25	63.350,38
Empréstimos concedidos	0,00	0,00
Empréstimos obtidos	0,00	0,00

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

30 Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

31 Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2015, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2015.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e), do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Contabilista Certificado

A Administração